

**SANTOS-BRASIL S.A.  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ/MF nº 02.084.220/0001-76  
NIRE nº 3.330.016.642-4**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA  
PRIMEIRA EMISSÃO  
REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 1999  
(LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO)**

**Data, Horário e Local:**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 1999, às 12:00 horas, na sede social da Companhia na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231. 28º andar (parte).

**Convocação:**

Convocação realizada de acordo com o parágrafo 1º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, mediante publicação de anúncio, por três vezes consecutivas, nos jornais Monitor Mercantil e Diário Oficial da União, datando de 21 de dezembro de 1999 a primeira publicação.

**Presenças:**

Debenturistas representando 76,2% das debêntures da primeira emissão em circulação quais sejam: CVC/OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS FMIA-CL, detentora de 19.000 debêntures, CVC/OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS LP, detentora de 5.320 debêntures, FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL, detentora de 7.125 debêntures, e MULTITERMINAIS ALFANDEGADOS DO BRASIL LTDA., detentora de 4.750 debêntures, Srta. Marília Rabelo Corrêa, representante da Companhia emissora e, conforme determina o Parágrafo 4º do Artigo 71 da Lei nº 6.404/76, o Sr. Carlos Alberto Bacha, representante legal de PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., agente fiduciário da aludida emissão.

**Mesa:**

Aberta a Assembléia, assumiu a Presidência o Sr. Arthur Joaquim de Carvalho, representante das debenturistas CVC/OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS FMLA-CL e FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL, que convidou a mim, Srta. Marília Rabelo Corrêa, representante da Companhia emissora, para secretariar os trabalhos da Assembléia.

### Ordem do Dia:

O Presidente solicitou ao Secretário que procedesse à leitura da Ordem do Dia, consistente nas deliberações aprovadas na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia de 29 de dezembro de 1999 relativa à alteração de certos termos e condições da primeira emissão de Debêntures da Companhia, datada de 4 de novembro de 1998 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM sob o nº SEP/GER-2/DCA-98/049, constantes do respectivo instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures, conforme aditado em 11 de dezembro de 1998, registrado sob o nº 1981, Livro 3-B, no 7º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro (a "Escritura de Emissão"), a saber: (i) alteração do prazo de vencimento das debêntures objeto da referida emissão para 4 de novembro de 2009; (ii) redefinição dos períodos de capitalização a fim de ajustá-los à prorrogação do prazo de vencimento das debêntures a que alude o item (i) precedente; (iii) instituição de um período de carência de 2 ½ (dois anos e meio), a contar de 01/07/1999 e findo em 01/01/2002, durante o qual não haverá pagamento efetivo aos debenturistas do valor base de remuneração das aludidas debêntures. A partir de então, os pagamentos continuarão a ser feitos semestralmente nas datas de vencimentos dos competentes períodos de capitalização, conforme redefinidos, até a nova data de vencimento das debêntures, 04 de novembro de 2009, observadas as condições previstas em (iv) e (v) abaixo; (iv) condicionamento do efetivo pagamento do valor base de remuneração das debêntures à verificação simultânea das seguintes condições: índice de cobertura da dívida (*debt service coverage ratio* - "DSCR") de no mínimo 2,0 e manutenção de índice de relação de Dívida Financeira sobre EBITDA (lucro antes dos juros, do imposto de renda, da depreciação e da amortização - "EBITDA") de no máximo 3,5; e (v) limitação do pagamento do valor base de remuneração das debêntures ao montante anual máximo de 20% do valor de seu principal. A aceitação das alterações acima propostas implicará no aditamento dos itens 5, 7, 8 e 11 da Cláusula IV, bem como a criação das alíneas 11.2, 11.3 e 11.4 da Cláusula IV da Escritura de Emissão.

### Deliberações:

Encerrada a leitura da Ordem do Dia, foram aprovadas por unanimidade dos presentes as seguintes medidas:

(I) Alterar o prazo de vencimento das debêntures da primeira emissão para 04 de novembro de 2009, de forma que o item 5 da Cláusula IV da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

5. **PRAZO E VENCIMENTO:** Todas as debêntures desta emissão têm prazo de 132 (cento e trinta e dois meses), vencendo-se, portanto, em 04 de novembro de 2009."

(ii) Redefinir os períodos de capitalização a fim de ajustá-los à prorrogação do prazo de vencimento das debêntures a que alude o item (i) acima, de forma que o item 8 da Cláusula IV da Escritura de Emissão passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **"IV - DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMISSÃO**

**8. PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO:** Define-se por período de capitalização aquele em que o valor base de remuneração apurado em cada sub-período será capitalizado ao valor nominal das debêntures e, exceto nas hipóteses previstas nos itens 11.2 e 11.3 abaixo, será efetivamente pago na data de vencimento de cada período de capitalização. Para as debêntures da presente emissão, os períodos de capitalização terão início e vencimento, respectivamente, nas seguintes datas:

Primeiro Período:	de 4/11/1998 a 30/06/1999
Segundo Período:	de 30/06/1999 a 30/12/1999
Terceiro Período:	de 30/12/1999 a 30/06/2000
Quarto Período:	de 30/06/2000 a 30/12/2000
Quinto Período:	de 30/12/2000 a 30/06/2001
Sexto Período:	de 30/06/2001 a 30/12/2001
Sétimo Período:	de 30/12/2001 a 30/06/2002
Oitavo Período:	de 30/06/2002 a 30/12/2002
Nono Período:	de 30/12/2002 a 30/06/2003
Décimo Período:	de 30/06/2003 a 30/12/2003
Décimo-Primeiro Período:	de 30/12/2003 a 30/06/2004
Décimo-Segundo Período:	de 30/06/2004 a 30/12/2004
Décimo-Terceiro Período:	de 30/12/2004 a 30/06/2005
Décimo-Quarto Período:	de 30/06/2005 a 30/12/2005
Décimo-Quinto Período:	de 30/12/2005 a 30/06/2006
Décimo-Sexto Período:	de 30/06/2006 a 30/12/2006
Décimo-Sétimo Período:	de 30/12/2006 a 30/06/2007
Décimo-Oitavo Período:	de 30/06/2007 a 30/12/2007
Décimo-Nono Período:	de 30/12/2007 a 30/06/2008
Vigésimo Período:	de 30/06/2008 a 30/12/2008
Vigésimo-Primeira Período:	de 30/12/2008 a 30/06/2009
Vigésimo-Segundo Período:	de 30/06/2009 a 04/11/2009"

(iii) instituir um período de carência de 2 (dois) anos e meio, a contar de 01/07/1999 e findo em 01/01/2002, durante o qual não haverá pagamento efetivo aos debenturistas do valor base de remuneração a que aludidas debêntures fizerem jus.

Após o término do referido período de carência, os pagamentos continuarão a ser feitos nas datas de vencimento dos competentes períodos de capitalização, conforme redefinidos nesta Assembléia, até a nova data de vencimento das debêntures, 04 de novembro de 2009, observadas as condições previstas no item (iv) abaixo, de forma que fica criada a alínea 11.2 do item 11 da Cláusula IV da Escritura de Emissão, com a seguinte redação:

#### **"IV - DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMISSÃO**

**11.2 PERÍODO DE CARÊNCIA:** Os valores base de remuneração, calculados na forma do item 7 acima, relativos aos seguintes períodos de capitalização não serão pagos aos debenturistas nas respectivas datas de vencimento, mas deverão ser capitalizados no valor correspondente à remuneração que seria devida aos debenturistas não fosse a existência do período de carência de que aqui se trata, para fins de cálculo dos valores base de remuneração a que as debêntures fizerem jus após o aludido período de carência:


Segundo Período:	de 30/06/1999 a 30/12/1999
Terceiro Período:	de 30/12/1999 a 30/06/2000
Quarto Período:	de 30/06/2000 a 30/12/2000
Quinto Período:	de 30/12/2000 a 30/06/2001
Sexto Período:	de 30/06/2001 a 30/12/2001 "

(iv) Condicionar o efetivo pagamento do valor base de remuneração das debêntures à verificação de índice de cobertura da dívida (*debt service coverage ratio* - "DSCR") de no mínimo 2,0, e à verificação de manutenção pela Companhia de índice de relação de Dívida sobre EBITDA de no máximo 3,5, de forma que fica criada a alínea 11.3 do item 11 da Cláusula IV da Escritura de Emissão, com a seguinte redação:

#### **"IV - DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMISSÃO**

**11.3 CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO EFETIVO.** O efetivo pagamento dos valores base de remuneração das debêntures, calculados na forma do item 7 acima, relativos aos períodos de capitalização não compreendidos no período de carência de que trata a alínea 11.2 acima, fica sempre condicionado à verificação de existência simultânea das seguintes condições.

(a) índice de cobertura da dívida (*debt service coverage ratio* - "DSCR") igual ou superior a 2,0. Para esse



propósito. DSCR deve ser calculado segundo a fórmula abaixo, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia contidas no ITR - Informações Trimestrais ou no DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas, elaboradas para atendimento à Comissão de Valores Imobiliários - CVM, conforme o caso.

$$DSCR = \frac{(EBITDA - IRCS - \text{Remuneração de Debêntures})}{(\text{Juros} + \text{Amortizações})}$$

Onde:

**EBITDA** = (Resultado Antes da Tributação e Participações) + (Despesas Financeiras) - (Receitas Financeiras) + (Depreciação) + (Amortizações), apurado com base em demonstrações financeiras dos últimos 6 meses, especialmente elaboradas para este fim, se necessário, tendo por data base aquela do último demonstrativo financeiro enviado à Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

**IRCS** = Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, apurada com base em demonstrações financeiras dos últimos 6 meses, especialmente elaboradas para este fim, se necessário, tendo por data base aquela do último demonstrativo financeiro enviado à Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

**Remuneração de Debêntures** = Valor base de remuneração apurado no vencimento de cada período de capitalização;

**Amortizações** = Amortizações do principal relativo a empréstimos ou financiamentos a serem contraídos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, ou outra instituição nacional ou internacional de fomento ao desenvolvimento, com repasse dos recursos pelo Unibanco -

União de Bancos Brasileiros S. A. ou outra instituição financeira. As amortizações, para efeito do DSCR, corresponderão ao somatório das parcelas vincendas até o final do próximo semestre do ano civil devidas ao BNDES, BID ou outra instituição de fomento ao desenvolvimento, apuradas com base na declaração da empresa emissora e confirmada por escrito pelo Unibanco, outra instituição financeira envolvida ou pelo BNDES;

Juros =

Juros provisionados para os próximos 6 meses à partir das datas dos períodos de capitalização, com base nas taxas de juros e outros encargos constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos contraídos pela sociedade emissora junto ao BNDES, BID ou outra instituição de fomento ao desenvolvimento econômico, informados pela empresa e confirmados pelo Unibanco ou outra instituição financeira envolvida ou pelo BNDES;

(b) manutenção da relação de Dívida Financeira sobre EBITDA de no máximo 3,5; sendo o EBITDA apurado com base em demonstrações financeiras dos últimos 12 meses, especialmente elaboradas para este fim, se necessário, tendo por data base aquela do último demonstrativo financeiro enviado à Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Para esse propósito, "Dívida Financeira" significará o total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraídos pela Companhia junto a Instituições Financeiras, com base nas últimas demonstrações financeiras auditadas da Companhia contidas no ITR - Informações Trimestrais ou no DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas, elaboradas para atendimento à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme o caso, relativos, respectivamente, ao trimestre ou exercício social anteriores, dos quais prevalecerá sempre o mais recente.

Caso, em qualquer período de capitalização, o índice de DSCR da Companhia seja inferior a 2,0 ou a relação da Dívida Financeira sobre EBITDA supere 3,5, os valores base de remuneração relativos ao período de capitalização em questão não serão pagos aos debenturistas na respectiva data de vencimento, mas deverão ser capitalizados no valor

correspondente à remuneração que seria devida aos debenturistas caso a Companhia houvesse satisfeito as condições impostas nesta alínea 11.3, de forma a integrar a base de cálculo para fins de apuração dos valores base de remuneração a que as debêntures fizerem jus a partir de então, nos períodos de capitalização subsequentes.

Caso, até a data do vencimento das debêntures, 4 de novembro de 2009, as condições previstas para o pagamento efetivo da remuneração das debêntures fixadas nesta cláusula não tenham sido atingidas, o montante total do valor capitalizado das debêntures até a data do vencimento deverá ser pago integralmente aos debenturistas."

(v) Não aceitar a limitação do pagamento do valor base de remuneração das debêntures ao montante máximo de 20% ao ano do valor de seu principal.

(vi) Em virtude das deliberações acima, ficam, por este ato, também alterados os itens 7 e 11, ambos da Cláusula IV da Escritura de Emissão, as quais passam a vigorar com as seguintes redações:

#### IV - DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMISSÃO

7. **BASE DE REMUNERAÇÃO:** Para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação decorrente da presente emissão, a base de remuneração das debêntures será o valor correspondente à aplicação do futor acumulado das Taxas ANBID, ou seja, das Taxas de depósito bancário a prazo de maior volume de negociação conforme o tipo pré fixado à época da sua apuração, informada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, acrescida de uma taxa de risco (spread) de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano (base anual de 360 dias), sempre calculada exponencial e cumulativamente por dias corridos, sobre o valor nominal das debêntures, capitalizado no valor correspondente à remuneração devida desde a data de emissão, ou da data de vencimento do último período de capitalização em que tenha havido pagamento efetivo do valor base de remuneração, conforme o caso. A base da remuneração será calculada da seguinte forma:

$$VR = VN \times \{ [Fn \times (1.015)^{(D/360)}] - 1 \}$$

VR = valor da remuneração das debênturas expresso em moeda corrente, a incidir, semestralmente, em 30/06/1999, 30/12/1999, 30/06/2000, 30/12/2000, 30/06/2001, 30/12/2001, 30/06/2002, 30/12/2002, 30/06/2003, 30/12/2003, 30/06/2004, 30/12/2004, 30/06/2005, 30/12/2005, 30/06/2006, 30/12/2006, 30/06/2007, 30/12/2007, 30/06/2008, 30/12/2008, 30/06/2009 e 04/11/2009;

D = número de dias corridos entre a data de emissão, ou data de vencimento do último período de capitalização em que tenha havido pagamento efetivo do valor base de remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da remuneração;

Fn = fator acumulado no período de capitalização, resultante da aplicação das taxas dos sub-períodos, divulgadas pela ANBID conforme definido no item 7, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fn = (T1 \times T2 \times \dots \times Tn)$$

onde,

$$Tn = \left\{ (1 + Taxa/100)^{d/360} \right\}^{dus/dut}$$

Taxa = taxa divulgada pela ANBID, do início do sub-período, na forma percentual, ao ano;

d = prazo da taxa divulgada pela ANBID;

dus = número de dias úteis do sub-período em curso;

dut = número de dias úteis compreendidos no prazo da taxa divulgada pela ANBID;

VN = valor nominal não amortizado das debêntures."

.....

11. PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES: Observado o disposto nas alíneas 11.2 e 11.3 desta Escritura, o valor base de remuneração, calculado na forma do item 7 acima, será pago semestralmente nas datas de encerramento dos períodos de capitalização, sendo que o primeiro pagamento dar-se-á em 30 de junho de 1.999 e o último, juntamente com o principal, em 04 de novembro de 2009, ocasião do vencimento das debêntures."

Nx

00



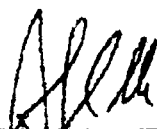
(vii) Ficam ratificadas todas as demais condições da emissão de Debêntures de que trata esta Assembléia e da competente Escritura de Emissão, decidindo, ainda, os debenturistas consolidar a Escritura de Emissão, mencionadas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) da Ordem do Dia;

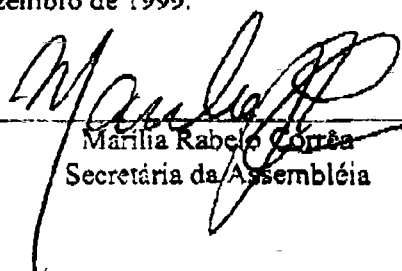
(viii) A Diretoria da Companhia e o Agente Fiduciário dessa emissão ficam autorizados a tomar todas as providências necessárias no sentido de implementar a alteração das condições da emissão de que trata esta Assembléia, tais como o arquivamento da presente ata na Junta Comercial do Rio de Janeiro e sua respectiva publicação e apresentação à CVM, a elaboração do competente instrumento particular de aditamento e consolidação da Escritura de Emissão, sua inscrição no 7º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, podendo assinar todos e quaisquer documentos e praticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários para o aperfeiçoamento das deliberações ora tomadas.

### Lavratura e Leitura da Ata:


Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Não tendo havido qualquer manifestação, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembléia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes que, finalmente, autorizaram sua publicação com omissão das assinaturas nos termos do parágrafo 2º do art. 130 da Lei 6.404/76.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1999.

  
\_\_\_\_\_  
Arthur Joaquim de Carvalho  
Presidente da Assembléia

  
\_\_\_\_\_  
Marília Rabelo Corrêa  
Secretária da Assembléia

### Agente Fiduciário:

  
\_\_\_\_\_  
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
Por Carlos Alberto Bacha

### Emissora:

  
\_\_\_\_\_  
SANTOS-BRASIL S.A.